

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: SRT00456/2025
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/11/2025
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR066459/2025
NÚMERO DO PROCESSO: 10260.225061/2025-37
DATA DO PROTOCOLO: 21/11/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

FED NAC TRAB EM PREST DE SERV AUX DE TRANSPORT AEREO, PREST DE SERV DE COLOC E TEMP, ASSEIO E CONS, LIMP URB E AREAS VERDES, CNPJ n. 01.522.289/0001-71, neste ato representado por Sr(a). PAULO CESAR ROSSI;

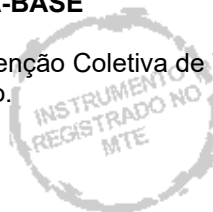
E

FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TERCEIRIZADO - FENASERHTT, CNPJ n. 07.179.649/0001-60, neste ato representado(a) por seu representante legal, JORGE LUIZ MORALES;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas no instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de outubro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de outubro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em empresas de terceiros, colocação e administração de mão de obra e trabalho temporário, nos estados elencados na convenção coletiva de trabalho as categorias de asseio e conservação e de vigilância**, com abrangência nacional, PI, RR e SE.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO**

Durante o período de vigência deste instrumento coletivo de trabalho, ficam assegurados os seguintes pisos salariais especificados, correspondente a **220 horas mensais**, exceto para a função de telefonista, cuja carga horária é diferenciada, sendo permitido aplicar a proporcionalidade salarial em casos de carga horária diferenciada.

ESTADO/FUNÇÃO/CATEGORIA

ACRE PISO NORMATIVO
ACRE CARREGADOR/MONTADOR
ACRE CONFERENTE
ACRE ESTOQUISTA/EMPACOTADOR/REPOSITOR
ACRE LÍDER DE LOGÍSTICA
ACRE PISCINEIRO
ACRE AUXILIAR DE MONITORAMENTO
ACRE DEMONSTRADOR/DEGUSTADOR/PROMOTOR DE TRADE MARKETING



ACRE VISTORIADOR
ACRE AJUDANTE GERAL
ACRE AUXILIAR DE OPERAÇÕES / AUXILIAR DE PRODUÇÃO / AUXILIAR DE LOGÍSTICA
ACRE ATENDENTE
ACRE COZINHEIRO
ACRE FISCAL DE LOJA/FISCAL DE PISO
ACRE GARÇOM
ACRE LAVADOR DE VEÍCULOS
ACRE MANOBRISTA
ACRE OPERADOR DE CAIXA
ACRE OPERADOR DE ROÇADEIRA
ACRE RECEPCIONISTA
ACRE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO GERAL)
ACRE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
ACRE CONTROLADOR DE ACESSO
ACRE LEITURISTA CONVENCIONAL
ACRE ENTREGADOR
ACRE LEITURISTA
ACRE OPERADOR DE EMPILHADEIRA
ACRE TELE ATENDENTE
ACRE TELEFONISTA
ACRE AUXILIAR ADMINISTRATIVO/AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS
ACRE AUXILIAR DE ESCRITÓRIO
ACRE AUXILIAR MECÂNICO
ACRE MONITOR AMBIENTAL
ACRE ALMOXARIFE
ACRE LEITURISTA INFORMATIZADO SERV. ENTREGA SIMULTÂNEA
ACRE MONITOR AQUÁTICO
ACRE PINTOR
ACRE SERRALHEIRO
ACRE MONITORADOR
ACRE AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL
ACRE ENCARREGADO DE LOGÍSTICA
ACRE MONITOR INFORMATIZADO DE SERVIÇOS
ACRE MONITOR CONVENCIONAL
ACRE ASSISTENTE RECURSOS HUMANOS
ACRE OFICIAL DE CORTE/RELIGA
ACRE OFICIAL DE COBRANÇA/VERIFICADOR
ACRE SUPERVISOR DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS
ACRE SUPERVISOR
ACRE GERENTE OPERACIONAL

**ESTADO FUNÇÃO/CATEGORIA**

CEARÁ PISO NORMATIVO
CEARÁ AJUDANTE GERAL
CEARÁ ALMOXARIFE
CEARÁ ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
CEARÁ ASSISTENTE RECURSOS HUMANOS
CEARÁ ATENDENTE
CEARÁ AUXILIAR ADMINISTRATIVO/AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS



CEARÁ AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	R\$
CEARÁ AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$
CEARÁ AUXILIAR DE MONITORAMENTO	R\$
CEARÁ AUXILIAR DE OPERAÇÕES / AUXILIAR DE PRODUÇÃO / AUXILIAR DE LOGÍSTICA	R\$
CEARÁ AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO GERAL)	R\$
CEARÁ AUXILIAR MECÂNICO	R\$
CEARÁ CARREGADOR/MONTADOR	R\$
CEARÁ CONFERENTE	R\$
CEARÁ CONTROLADOR DE ACESSO	R\$
CEARÁ COZINHEIRO	R\$
CEARÁ DEMONSTRADOR/DEGUSTADOR/PROMOTOR DE TRADE MARKETING	R\$
CEARÁ ENCARREGADO DE LOGÍSTICA	R\$
CEARÁ ENTREGADOR	R\$
CEARÁ ESTOQUISTA/EMPACOTADOR/REPOSITOR	R\$
CEARÁ FISCAL DE LOJA/FISCAL DE PISO	R\$
CEARÁ GARÇOM	R\$
CEARÁ GERENTE OPERACIONAL	R\$
CEARÁ LAVADOR DE VEÍCULOS	R\$
CEARÁ LEITURISTA	R\$
CEARÁ LEITURISTA CONVENCIONAL	R\$
CEARÁ LEITURISTA INFORMATIZADO SERV. ENTREGA SIMULTÂNEA	R\$
CEARÁ LÍDER DE LOGÍSTICA	R\$
CEARÁ MANOBRISTA	R\$
CEARÁ MONITOR AMBIENTAL	R\$
CEARÁ MONITOR AQUÁTICO	R\$
CEARÁ MONITOR CONVENCIONAL	R\$
CEARÁ MONITOR INFORMATIZADO DE SERVIÇOS	R\$
CEARÁ MONITORADOR	R\$
CEARÁ OFICIAL DE COBRANÇA/VERIFICADOR	R\$
CEARÁ OFICIAL DE CORTE/RELIGA	R\$
CEARÁ OPERADOR DE CAIXA	R\$
CEARÁ OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$
CEARÁ OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$
CEARÁ PINTOR	R\$
CEARÁ PISCINEIRO	R\$
CEARÁ RECEPCIONISTA	R\$
CEARÁ SERRALHEIRO	R\$
CEARÁ SUPERVISOR	R\$
CEARÁ SUPERVISOR DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	R\$
CEARÁ TELE ATENDENTE	R\$
CEARÁ TELEFONISTA	R\$
CEARÁ VISTORIADOR	R\$

ESTADO FUNÇÃO/CATEGORIA

PARAÍBA AJUDANTE GERAL	R\$
PARAÍBA ALMOXARIFE	R\$
PARAÍBA ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$
PARAÍBA ASSISTENTE RECURSOS HUMANOS	R\$

PARÁBAATENDENTE	R\$
PARÁBAAUXILIAR ADMINISTRATIVO/AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	R\$
PARÁBAAUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	R\$
PARÁBAAUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$
PARÁBAAUXILIAR DE MONITORAMENTO	R\$
PARÁBAAUXILIAR DE OPERAÇÕES / AUXILIAR DE PRODUÇÃO / AUXILIAR DE LOGÍSTICA	R\$
PARÁBAAUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO GERAL)	R\$
PARÁBAAUXILIAR MECÂNICO	R\$
PARÁBACARREGADOR/MONTADOR	R\$
PARÁBACONFERENTE	R\$
PARÁBACONTROLADOR DE ACESSO	R\$
PARÁBACOZINHEIRO	R\$
PARÁBADEMONSTRADOR/DEGUSTADOR/PROMOTOR DE TRADE MARKETING	R\$
PARÁBAENCARREGADO DE LOGÍSTICA	R\$
PARÁBAENTREGADOR	R\$
PARÁBAESTOQUISTA/EMPACOTADOR	R\$
PARÁBAFISCAL DE LOJA/FISCAL DE PISO	R\$
PARÁBAGARÇOM	R\$
PARÁBAGERENTE OPERACIONAL	R\$
PARÁBALAVADOR DE VEÍCULOS	R\$
PARÁBALEITURISTA	R\$
PARÁBALEITURISTA CONVENCIONAL	R\$
PARÁBALEITURISTA INFORMATIZADO SERV. ENTREGA SIMULTÂNEA	R\$
PARÁBALÍDER DE LOGÍSTICA	R\$
PARÁBAMANOBRISTA	R\$
PARÁBAMONITOR AMBIENTAL	R\$
PARÁBAMONITOR AQUÁTICO	R\$
PARÁBAMONITOR CONVENCIONAL	R\$
PARÁBAMONITOR INFORMATIZADO DE SERVIÇOS	R\$
PARÁBAMONITORADOR	R\$
PARÁBAOFICIAL DE COBRANÇA/VERIFICADOR	R\$
PARÁBAOFICIAL DE CORTE/RELIGA	R\$
PARÁBAOPERADOR DE CAIXA	R\$
PARÁBAOPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$
PARÁBAOPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$
PARÁBAPINTOR	R\$
PARÁBAPISCINEIRO	R\$
PARÁBAPISO NORMATIVO	R\$
PARÁBARECEPCIONISTA	R\$
PARÁBAREPOSITOR	R\$
PARÁBASERRALHEIRO	R\$
PARÁBASUPERVISOR	R\$
PARÁBASUPERVISOR DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	R\$
PARÁBATELE ATENDENTE	R\$
PARÁBATELEFONISTA	R\$
PARÁBAVISTORIADOR	R\$



ESTADO/FUNÇÃO/CATEGORIA

PIAUÍ	PISO NORMATIVO	R\$
PIAUÍ	ALMOXARIFE	R\$
PIAUÍ	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$
PIAUÍ	ASSISTENTE RECURSOS HUMANOS	R\$
PIAUÍ	ATENDENTE	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$
PIAUÍ	AJUDANTE GERAL	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR DE OPERAÇÕES / AUXILIAR DE PRODUÇÃO / AUXILIAR DE LOGÍSTICA	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO GERAL)	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR MECÂNICO	R\$
PIAUÍ	CARREGADOR/MONTADOR	R\$
PIAUÍ	CONFERENTE	R\$
PIAUÍ	COZINHEIRO	R\$
PIAUÍ	ENCARREGADO DE LOGÍSTICA	R\$
PIAUÍ	ESTOQUISTA/EMPACOTADOR/REPOSITOR	R\$
PIAUÍ	FISCAL DE LOJA/FISCAL DE PISO	R\$
PIAUÍ	GARÇOM	R\$
PIAUÍ	GERENTE OPERACIONAL	R\$
PIAUÍ	LAVADOR DE VEÍCULOS	R\$
PIAUÍ	LÍDER DE LOGÍSTICA	R\$
PIAUÍ	MANOBRISTA	R\$
PIAUÍ	MONITORADOR	R\$
PIAUÍ	OPERADOR DE CAIXA	R\$
PIAUÍ	OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$
PIAUÍ	OPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$
PIAUÍ	PINTOR	R\$
PIAUÍ	PISCINEIRO	R\$
PIAUÍ	CONTROLADOR DE ACESSO	R\$
PIAUÍ	RECEPCIONISTA	R\$
PIAUÍ	SERRALHEIRO	R\$
PIAUÍ	SUPERVISOR	R\$
PIAUÍ	TELE ATENDENTE	R\$
PIAUÍ	TELEFONISTA	R\$
PIAUÍ	LEITURISTA INFORMATIZADO SERV. ENTREGA SIMULTÂNEA	R\$
PIAUÍ	MONITOR INFORMATIZADO DE SERVIÇOS	R\$
PIAUÍ	LEITURISTA CONVENCIONAL	R\$
PIAUÍ	ENTREGADOR	R\$
PIAUÍ	MONITOR CONVENCIONAL	R\$
PIAUÍ	OFICIAL DE CORTE/RELIGA	R\$
PIAUÍ	OFICIAL DE COBRANÇA/VERIFICADOR	R\$
PIAUÍ	AUXILIAR DE MONITORAMENTO	R\$
PIAUÍ	LEITURISTA	R\$
PIAUÍ	SUPERVISOR DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	R\$
PIAUÍ	MONITOR AQUÁTICO	R\$

PIAUÍ	DEMONSTRADOR/DEGUSTADOR/PROMOTOR DE TRADE MARKETING	R\$
PIAUÍ	MONITOR AMBIENTAL	R\$
PIAUÍ	VISTORIADOR	R\$

ESTADO FUNÇÃO/CATEGORIA

RORAIMA	PISO NORMATIVO	R
RORAIMA	ALMOXARIFE	R
RORAIMA	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R
RORAIMA	ASSISTENTE RECURSOS HUMANOS	R
RORAIMA	ATENDENTE	R
RORAIMA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO/AUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	R
RORAIMA	AUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	R
RORAIMA	AUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R
RORAIMA	AJUDANTE GERAL	R
RORAIMA	AUXILIAR DE OPERAÇÕES / AUXILIAR DE PRODUÇÃO / AUXILIAR DE LOGÍSTICA	R
RORAIMA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO GERAL)	R
RORAIMA	AUXILIAR MECÂNICO	R
RORAIMA	CARREGADOR/MONTADOR	R
RORAIMA	CONFERENTE	R
RORAIMA	COZINHEIRO	R
RORAIMA	ENCARREGADO DE LOGÍSTICA	R
RORAIMA	ESTOQUISTA/EMPACOTADOR/REPOSITOR	R
RORAIMA	FISCAL DE LOJA/FISCAL DE PISO	R
RORAIMA	GARÇOM	R
RORAIMA	GERENTE OPERACIONAL	R
RORAIMA	LAVADOR DE VEÍCULOS	R
RORAIMA	LÍDER DE LOGÍSTICA	R
RORAIMA	MANOBRISTA	R
RORAIMA	MONITORADOR	R
RORAIMA	OPERADOR DE CAIXA	R
RORAIMA	OPERADOR DE EMPILHADEIRA	R
RORAIMA	OPERADOR DE ROÇADEIRA	R
RORAIMA	PINTOR	R
RORAIMA	PISCINEIRO	R
RORAIMA	CONTROLADOR DE ACESSO	R
RORAIMA	RECEPCIONISTA	R
RORAIMA	SERRALHEIRO	R
RORAIMA	SUPERVISOR	R
RORAIMA	TELE ATENDENTE	R
RORAIMA	TELEFONISTA	R
RORAIMA	LEITURISTA INFORMATIZADO SERV. ENTREGA SIMULTÂNEA	R
RORAIMA	MONITOR INFORMATIZADO DE SERVIÇOS	R
RORAIMA	LEITURISTA CONVENCIONAL	R
RORAIMA	ENTREGADOR	R
RORAIMA	MONITOR CONVENCIONAL	R
RORAIMA	OFICIAL DE CORTE/RELIGA	R
RORAIMA	OFICIAL DE COBRANÇA/VERIFICADOR	R
RORAIMA	AUXILIAR DE MONITORAMENTO	R
RORAIMA	LEITURISTA	R
RORAIMA	SUPERVISOR DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	R

RORAIMAMONITOR AQUÁTICO	R
RORAIMADEMONSTRADOR/DEGUSTADOR/PROMOTOR DE TRADE MARKETING	R
RORAIMAMONITOR AMBIENTAL	R
RORAIMAVISTORIADOR	R

ESTADO FUNÇÃO/CATEGORIA

SERGIPEPISO NORMATIVO	R\$
SERGIPEALMOXARIFE	R\$
SERGIPEASSISTENTE ADMINISTRATIVO	R\$
SERGIPEASSISTENTE RECURSOS HUMANOS	R\$
SERGIPEATENDENTE	R\$
SERGIPEAUXILIAR ADMINISTRATIVO	R\$
SERGIPEAUXILIAR DE RECURSOS HUMANOS	R\$
SERGIPEAUXILIAR DE DEPARTAMENTO PESSOAL	R\$
SERGIPEAUXILIAR DE ESCRITÓRIO	R\$
SERGIPEAJUDANTE GERAL	R\$
SERGIPEAUXILIAR DE OPERAÇÕES / AUXILIAR DE PRODUÇÃO / AUXILIAR DE LOGÍSTICA	R\$
SERGIPEAUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (MANUTENÇÃO GERAL)	R\$
SERGIPEAUXILIAR MECÂNICO	R\$
SERGIPECARREGADOR/MONTADOR	R\$
SERGIPECONFERENTE	R\$
SERGIPECOZINHEIRO	R\$
SERGIPEENCARREGADO DE LOGÍSTICA	R\$
SERGIPEESTOQUISTA	R\$
SERGIPEEMPACOTADOR/REPOSITOR	R\$
SERGIPEFISCAL DE LOJA/FISCAL DE PISO	R\$
SERGIPEGARÇOM	R\$
SERGIPEGERENTE OPERACIONAL	R\$
SERGIPELAVADOR DE VEÍCULOS	R\$
SERGIPELÍDER DE LOGÍSTICA	R\$
SERGIPEMANOBRISTA	R\$
SERGIPEMONITORADOR	R\$
SERGIPEOPERADOR DE CAIXA	R\$
SERGIPEOPERADOR DE EMPILHADEIRA	R\$
SERGIPEOPERADOR DE ROÇADEIRA	R\$
SERGIPEPINTOR	R\$
SERGIPEPISCINEIRO	R\$
SERGIPECONTROLADOR DE ACESSO	R\$
SERGIPERECEPCIONISTA	R\$
SERGIPESERRALHEIRO	R\$
SERGIPESUPERVISOR	R\$
SERGIPETELE ATENDENTE	R\$
SERGIPETELEFONISTA	R\$
SERGIPELEITURISTA INFORMATIZADO SERV. ENTREGA SIMULTÂNEA	R\$
SERGIPEMONITOR INFORMATIZADO DE SERVIÇOS	R\$
SERGIPELEITURISTA CONVENCIONAL	R\$

SERGIPEENTREGADOR	R\$
SERGIPEMONITOR CONVENCIONAL	R\$
SERGIPEOFICIAL DE CORTE/RELIGA	R\$
SERGIPEOFICIAL DE COBRANÇA/VERIFICADOR	R\$
SERGIPEAUXILIAR DE MONITORAMENTO	R\$
SERGIPELEITURISTA	R\$
SERGIPESUPERVISOR DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS	R\$
SERGIPEMONITOR AQUÁTICO	R\$
SERGIPEDEMONSTRADOR/DEGUSTADOR/PROMOTOR DE TRADE MARKETING	R\$
SERGIPEMONITOR AMBIENTAL	R\$
SERGIPEVISTORIADOR	R\$

REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos empregados efetivos e terceirizados (que prestam serviços junto ao tomador de serviços), abrangidos pela Convenção Coletiva de Trabalho, serão reajustados a partir de 01 de outubro, com um percentual 10,22% (dez vírgula dois por cento).

Os Trabalhadores Temporários (TT) abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho ficam assegurados o direito à remuneração específica, na legislação complementar e na Constituição Federal, Lei 6.019/74 de conformidade com o art. 17 do Decreto nº 73.841 de 13.03.74 – remuneração equivalente àquela percebida pelos empregados da empresa tomadora ou cliente, calculados à base da jornada legal; garantida, em qualquer hipótese, a percepção do salário regional.

Aos menores e/ou jovens aprendizes contratados nos termos da legislação vigente, será assegurado o salário-mínimo do artigo 428, § 2º da CLT.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento de salários deverá ser pago até o 5º dia útil de cada mês subsequente ao mês trabalhado, bem com disponibilizado no mesmo prazo, seja por meio impresso ou eletrônico.

DESCONTOS SALARIAIS

CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS SALARIAIS

Fica permitido às empresas abrangidas por esta Convenção, quando oferecida contraprestação, o desconto em folha decorrente de empréstimos, nos moldes da Lei 13.172/2015, da participação dos empregados nos custos com alimentação em supermercados, farmácias e agremiações, e demais convênios, quando expressamente autorizados pelo empregado.

Parágrafo Primeiro: Os custos dos benefícios sociais odontológico e benefício social familiar são integralmente reempresas e não admitem a coparticipação do empregado.

Parágrafo Segundo: À Luz da Lei 13.467/2017, os empregadores deverão descontar na folha de pagamento dos mensalidades e as contribuições devidas à Fenascon e devidamente aprovadas em assembleia da categoria em 2 este notificado.

Parágrafo Terceiro: Proíbe-se o desconto no salário do empregado dos valores de cheques de clientes ou de terc compensados ou sem fundos, recebidos em pagamento, exceto quando houver descumprimento de resoluções d

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA - ADICIONAL DE QUEBRA DE CAIXA

Os empregados em loja ou escritório, enquanto atuarem no cargo de Caixa, recepcionando pagamento de verbas conferindo dinheiro, cheques, cartões de créditos e outros títulos de crédito, notas fiscais, liberando mercadorias e prestação de contas aos seus empregadores ou superiores hierárquicos, terão direito a um adicional mensal mínir (dez por cento) do maior salário normativo.

Parágrafo único: O Caixa prestará contas, pessoalmente, dos valores em dinheiro, cheques e outros títulos de cr formulário que prepare e autentique. O empregador ou superior hierárquico conferirá, no ato, os valores em chequ títulos de crédito, sob pena de não poder imputar ao Caixa eventual diferença.

CLÁUSULA OITAVA - COMISSIONADOS

Fica assegurada a todos os empregados comissionados a média das comissões calculadas nos 12 (doze) meses anteriores ao mês de concessão, para efeito de pagamento das férias, do 13º salário, do auxílio-maternidade e da sendo que a referida média deverá ser atualizada pelos mesmos índices que atualizaram os salários.

Parágrafo Primeiro: Os prêmios concedidos pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro a de empregados, nos termos do artigo 457, §§ 2º e 3º da CLT, exceto quanto à Participação nos Lucros e/ou Result desempenho superior ao ordinariamente esperado no exercício de suas atividades, não integram a remuneração c incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e prevede

Parágrafo Segundo: Em caso de haver contratos com vantagens financeiras diferenciadas, em que há o pagame de ajuda de custo, auxílio alimentação vedado seu pagamento em dinheiro, diárias para viagem, prêmios e abono: decisão exclusiva do tomador de serviços vier a ser cancelado em razão de alteração contratual, fica ressalvado o

suprimir esses benefícios do empregado, com o objetivo da preservação do contrato de trabalho.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE HORA-EXTRA

Os adicionais de horas extras serão pagos nos termos da legislação em vigor.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

Os adicionais de horas noturnas serão pagos nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo único: O trabalho executado entre as 22:00 (vinte e duas) horas de um dia e 05:00 (cinco) horas do dia considerado noturno, calculado segundo a hora normal de 60 (sessenta) minutos; não se prorrogando, mesmo que se dê em horário posterior, e será acrescido do percentual de 20% (vinte por cento), a título de adicional noturno, conforme prevista no parágrafo 2º do art. 73 da CLT.

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INSALUBRIDADE/PERICULOSIDADE

As empresas comprometem-se a implementar todas as medidas de prevenção e correção recomendadas por comitês constituídos por representantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (CIPA) e por profissionais legalmente indicados pela empresa, com o objetivo de identificar, mitigar e eliminar eventuais condições de risco à saúde e à segurança dos trabalhadores, bem como situações de insalubridade no ambiente laboral.

Parágrafo Primeiro – As ações propostas deverão observar as normas regulamentadoras expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente aquelas relativas à segurança, higiene e medicina do trabalho, garantindo a participação dos trabalhadores e o acompanhamento contínuo das condições de trabalho.

Parágrafo Segundo – Para a adequada caracterização de insalubridade ou risco no ambiente de trabalho, será obrigatória a apresentação de laudo técnico elaborado por profissional legalmente habilitado, que definirá o grau do adicional a ser pago, conforme previsto na legislação vigente.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - TÍQUETE-REFEIÇÃO / ALIMENTAÇÃO

As empresas sediadas ou que prestem serviços nos estados abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho,

instituída neste instrumento coletivo, fornecerão aos seus empregados efetivos e terceirizados, tíquete-refeição ou **valor mínimo de acordo com a tabela abaixo**, em quantidade equivalente ao número de dias úteis trabalhados e efetuar o respectivo desconto salarial em conformidade com a legislação do PAT que rege a matéria.

ESTADO	VALOR
ACRE	R\$ 20,00
CEARÁ	R\$ 26,00
PARAÍBA	R\$ 26,00
PIAUÍ	R\$ 22,00
RORAIMA	R\$ 20,00
SERGIPE	R\$ 20,00

As empresas abrangidas por este instrumento coletivo comprometem-se a implementar e manter o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), conforme previsto na Lei nº 6.321/76, no Decreto nº 10.854/2021 e na Portaria MTP nº 672/2021, com o objetivo de promover a saúde, a segurança alimentar e a melhoria das condições nutricionais dos empregados.

Parágrafo Primeiro – O benefício poderá ser concedido por meio de:

- Refeições fornecidas em refeitórios próprios ou contratados;
- Cestas básicas ou kits alimentares;
- Cartões eletrônicos de vale-refeição ou vale-alimentação, emitidos por empresas cadastradas no PAT.

Parágrafo Segundo –O benefício será destinado prioritariamente aos empregados que percebam até cinco salários mínimos, conforme diretriz do programa.

Parágrafo Terceiro –É vedada a prática de deságio ou qualquer forma de desconto sobre os valores contratados para alimentação, nos termos do art. 175 do Decreto nº 10.854/2021.

Parágrafo Quarto –As empresas deverão manter cadastro atualizado no sistema eletrônico do PAT (PATNet), bem como a supervisão técnica de profissional habilitado em nutrição, quando exigido pela modalidade adotada.

Parágrafo Quinto –O benefício concedido por meio do PAT não possui natureza salarial, não se incorpora à remuneração e não constitui base de incidência de encargos trabalhistas e previdenciários, conforme legislação vigente.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE-TRANSPORTE

As empresas se obrigam a conceder aos seus empregados o vale transporte em conformidade com a legislação vigente.

Parágrafo Primeiro. Todavia, tendo em vista as peculiaridades do setor de terceirização de mão de obra, inclusive temporária (tais como: contratos individuais de trabalho de curta duração; grande quantidade de tomadores em várias outras), fica facultado aos empregadores a concessão do vale-transporte, em dinheiro, desde que esta prática seja situações excepcionais, e que seja autorizada, necessariamente, através da formalização de acordo coletivo de trabalho.

Parágrafo Segundo. O vale-transporte concedido nos moldes acima previstos não possui caráter remuneratório e não se incorporará, em hipótese alguma aos salários dos empregados, não havendo, inclusive, sobre os mesmos quaisquer encargos de natureza trabalhista e/ou previdenciária.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - PLANO PARA REDUÇÃO DE CUSTOS EMPRESARIAIS E ATENDIMENTO IMEDIATO

Devido a necessidade de redução dos custos operacionais das empresas e de atendimento imediato dos trabalhadores com base no tema 1046 do Supremo Tribunal Federal, o qual trata da primazia do acordado sobre o legislado, esta cláusula é especialmente desenvolvida para a disponibilização de produtos e serviços de forma massificada, fomentados pelas entidades convenentes, onde reduzem os custos operacionais das empresas e agilizam sua gestão, além de atender os trabalhadores familiares nos momentos mais importantes de suas vidas, de forma solidária, assistencial e sem burocracias.

As Entidades Convenentes prestarão, indistintamente a todos os trabalhadores e empregadores subordinados ao Trabalho, o plano Benefício Social Familiar e Empresarial, definido e discriminado no Manual de Orientação e Regras desta cláusula, através de organização gestora especializada e aprovada.

Parágrafo Primeiro – A prestação do plano Benefício Social Familiar e Empresarial iniciará a partir do primeiro dia de vencimento do custeio, informado no parágrafo segundo deste, em caso de renovação desta cláusula, não haverá interrupção da prestação dos benefícios nem do custeio e terá como base para os procedimentos necessários ao atendimento dos empregados, o Manual de Orientação e Regras disponibilizado no website das entidades e/ou www.gestar.srv.br

Parágrafo Segundo – Para efetiva viabilidade financeira desta cláusula e com expresso consentimento das entidades convenentes e das empresas, pagarão a título de custeio, até o dia 10 (dez) de cada mês, **iniciando no mês da homologação desta cláusula de 10/11/2025**, o valor **total de R\$ 37,00 (trinta e sete reais)**, por trabalhador que possua, usando como base a remuneração dos trabalhadores constantes na folha de pagamento do mês anterior ao vencimento do boleto deste custeio, exclusivo boleto disponibilizado pela gestora no website www.gestar.srv.br e /ou site das entidades e será de responsabilidade das entidades convenentes e das empresas, ficando vedado qualquer desconto nos salários dos trabalhadores. Com o intuito de regular e dirimir possíveis dúvidas sobre os procedimentos na prestação dos benefícios as Disposições Gerais, Manual de Orientação e Regras, e Tabela de Encargos e Contribuições registrados em cartório.

Parágrafo Terceiro – Em caso de afastamento de trabalhador motivado por doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento do custeio por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador manterá o recolhimento deste custeio a partir do décimo terceiro mês, ficando garantido ao trabalhador afastado todos os benefícios previstos nesta cláusula e no Manual de Orientação e Regras, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.



Parágrafo Quarto – Devido à natureza social, emergencial e de apoio imediato, dos benefícios sociais definidos p ocorrência de qualquer evento que gere direito de atendimento ao trabalhador e seus familiares, o empregador de comunicado disponível no website da gestora, no prazo máximo e improrrogável de até 90 (noventa) dias a contar caso de nascimento de filhos, este prazo será de até 150 (cento e cinquenta) dias. O empregador que não observ arcar com sanções pecuniárias em favor do trabalhador ou família prejudicada, como se inadimplente estivesse. C efetue o comunicado junto à gestora, o trabalhador e seus beneficiários, não perderão o direito ao benefício, devei tal comunicado, não eximindo o empregador de suas responsabilidades e sanções previstas.

Parágrafo Quinto – O empregador que estiver inadimplente ou efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, p benefícios a ele disponibilizados, até sua regularização. Nesses casos, na ocorrência de qualquer evento que gere aos trabalhadores e seus familiares, estes não perderão direito aos benefícios e serão atendidos normalmente pel entidades, com exceção dos benefícios prestados por empresas terceirizadas que possuam faturamento unitário n trabalhador e seus familiares perderão o direito ao recebimento ou prestação desses benefícios. Assim, o empreg perante o empregado e/ou a seus dependentes, a título de indenização, o equivalente a 10 (dez) vezes o menor pi vigente à época da infração em favor do trabalhador ou seus beneficiários, além de reembolsar às Entidades os v trabalhadores e seus beneficiários têm direito e que estão descritos nessa cláusula. Caso o empregador regularize de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento de comunicação de débito feita por e-mail, pela gestora, ficar indenização.

I – Fica acordado que as ações judiciais que envolvam esta cláusula, propostas pelas entidades, o corpo jurídico c habilitado nos autos por meio de instrumento de mandato ou substabelecimento, com poderes específicos de acor vedado a discussão de qualquer outra cláusula ou obrigação nestas ações.

II - Todo e qualquer levantamento de valores judiciais, ou recebimento de acordos referentes a esta cláusula dever quitados através dos boletos disponibilizados pela gestora, sob pena de configurar crime de apropriação indébita p

III – Caso haja o acordo para regularização total da empresa perante esta cláusula, a mesma fica desobrigada ao por descumprimento de CCT, vinculados à esta cláusula.

IV – Fica vedado o abono dos débitos existentes para custeio desta cláusula, em detrimento ou substituição do pa descumprimento de CCT.

V – Os documentos oficiais para comprovação da quantidade de trabalhadores da empresa são: a folha de pagam informações do e-social ou outros documentos oficiais que vierem a substituir estes.

Parágrafo Sexto - O não pagamento do custeio previsto nesta cláusula, até o dia 10 (dez) de cada mês, acarretar de 10% (dez por cento) pelo atraso do pagamento, e juros mensais de 1% (um por cento), conforme previsão lega penalidades previstas nesta norma coletiva, podendo ainda, o empregador ter seu nome incluso em órgãos de pro como seu registro nos cartórios de protestos competentes. Caso a empresa tome ciência desta cláusula, ou seja, c cumprimento e não possua trabalhadores ou não seja do segmento desta CCT, acesse o link: www.beneficiosocial.inativacao e solicite sua inativação.

Parágrafo Sétimo – Nas planilhas de custos, editais de licitações ou nas repactuações de contratos, devido a fato nesta norma coletiva, e em consonância à instrução normativa em vigência, nestes casos, obrigatoriamente, devei financeira para cumprimento desta cláusula, preservando o patrimônio jurídico dos trabalhadores, conforme o artig

Parágrafo Oitavo – Estará disponível no website da gestora, a cada recolhimento mensal, o Comprovante de Recolhimento para atendimento da cláusula do plano Benefício Social Familiar e Empresarial, referente aos últimos 5 (cinco) anos contratante, as entidades sindicais, e a órgãos fiscalizadores, quando solicitado.

Parágrafo Nono – O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação com caráter compulsório e ser eminentemente assistencial e emergencial.

Parágrafo Décimo – Fica desde já consignado e aceito entre as partes, que o envio e usos de dados dos empregados é exclusivo da disponibilização dos benefícios contratados e objetos da presente prestação de serviços, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, e demais legislações pertinentes à confidencialidade.

Parágrafo Décimo Primeiro – Na hipótese de este instrumento coletivo de trabalho perder sua eficácia e em caso de interrupção da continuidade dos pagamentos para cumprimento desta cláusula, a empresa, seus trabalhadores e familiares terão seus direitos suspensos até o retorno de sua eficácia.

Caso as empresas entendam e optem pela continuidade do pagamento para manter o cumprimento desta cláusula, a empresa, seus trabalhadores e familiares terão seus direitos aqui e em observando o que a disponibilização, valores e parcelas dos benefícios sociais está vinculada pelo valor pago, incluindo reajuste em futura convenção ou acordo coletivo de trabalho.

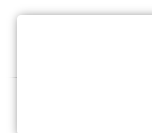
Quando da renovação deste instrumento coletivo, em havendo um período em que a CCT anterior ficou vencida (tornando-se inaplicável), as empresas deverão recolher de uma única vez, os valores em aberto desta cláusula específica constante na CCT anterior, a disponibilização do novo boleto com o novos benefícios e valores, a não ser que haja disposições específicas em contrário.

Todos e quaisquer avisos informativos ou de cobranças emitidos pelas entidades ou sua gestora, vinculados a esta cláusula, e pelas empresas neste período de vacância, terão caráter meramente informativo, com o intuito de evitar passivos com a empresa.

Parágrafo Décimo Segundo – Para lisura e transparência na prestação dos produtos e serviços, segue abaixo um quadro descritivo da forma em que eles devem ser disponibilizados. Tal procedimento é necessário para que não haja desconhecimento dos produtos e serviços que serão disponibilizados e deverão ser rigorosamente observados, devido ao seu caráter social e natureza solidária e alimentar.

RESUMO DOS BENEFÍCIOS DISPONÍVEIS PARA TRABALHADORES E EMPREGADOS			
BENEFÍCIOS PARA OS TRABALHADORES			
BENEFÍCIOS	FORMA DE PRESTAÇÃO		DESCRIPTIVO
BENEFÍCIO NATALIDADE	1X	R\$ 500,00	EM CASO DE NASCIMENTO DE FILHO DO TRABALHADOR(A), SERÁ DISPONIBILIZADA VERBA À FAMÍLIA DO RECÉM-NASCIDO

			DE DÉBITO PRÉ-PAGO OU OUTRO I DA GESTORA, PARA CONTRIBUIR C E ADAPTAÇÃO NA CHEGADA DO NC FAMILIAR, SEM QUALQUER COMPR GASTO.
BENEFÍCIO ACIDENTE	1X	R\$ 300,00	EM CASO DE AFASTAMENTO DE TR POR ACIDENTE, SERÁ DISPONIBILI PARA DESCONTOS EM REDE CRED FARMÁCIAS, COM OBJETIVO DE FA ACESSO A MEDICAMENTOS, PODE DISPONIBILIZADO UMA VERBA ADIC OS MEDICAMENTOS NÃO TENHAM
BENEFÍCIO ALIMENTAR POR AFASTAMENTO	2X	R\$ 220,00	EM CASO DE AFASTAMENTO DE TR POR AUXÍLIO-DOENÇA OU ACIDEN ENCAMINHADO À SUA RESIDÊNCIA QUALIDADE E VARIEDADE OU OUTI CRITÉRIO DA GESTORA, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DA CARTA DE COI
BENEFÍCIO CAPACITAÇÃO	1X	R\$ 2.000,00	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS FAMIL OCORRÊNCIA DE FALECIMENTO OI PERMANENTE DO TRABALHADOR, CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL NA / INTERESSE DO BENEFICIADO, PAR MELHORIA DA RENDA FAMILIAR. TA ENCAMINHADO DIRETAMENTE AO CAPACITAÇÃO ESCOLHIDO PELO B CASO DE SALDO, ESTE SERÁ DISP CUSTEIO DE LOCOMOÇÃO E ALIME
BENEFÍCIO ALIMENTAR	3X	R\$ 440,00	EM CASO DE INCAPACITAÇÃO PER FALECIMENTO DE TRABALHADOR(ENCAMINHADO À SUA RESIDÊNCIA ALIMENTOS DE QUALIDADE E VARI MEIO, A CRITÉRIO DA GESTORA. E NÃO PODERÁ SER DISPONIBILIZAD INTEGRAL, PARA QUE NÃO HAJA D FINALIDADE.
BENEFÍCIO SERVIÇO FUNERAL	1X	R\$ 3.500,00	EM CASO DE FALECIMENTO DE TR. SERÁ DISPONIBILIZADO UM AGENT QUE TOMARÁ AS PROVIDÊNCIAS E ACOMPANHAMENTOS NECESSÁRI INDEPENDENTE DA CAUSA, LOCAL FALECIMENTO. CASO A FAMÍLIA OF DE MENOR CUSTO OU NÃO UTILIZE VALOR TOTAL OU O SALDO REMAN ENCAMINHADO AO ARRIMO DA FAM



BENEFÍCIO CONTA CORRENTE VIRTUAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRAB SEGMENTO ACESSO AO SISTEMA I ELETRÔNICO, ATRAVÉS DE UM APL GERENCIAMENTO DE SEUS GASTC DE REDUZIR AS DESPESAS DO TR/ TARIFAS BANCÁRIAS.
BENEFÍCIO RECOLOCAÇÃO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APLICATIV DA FRANQUIA DE DADOS, ONDE O TERÁ ACESSO A UMA GRANDE REI DISPONÍVEIS.
BENEFÍCIO APOIO SOCIAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO SOI TRABALHADORES DO SEGMENTO, ATENDIMENTO ON-LINE, POR PROF LEGALMENTE CAPACITADOS.
BENEFÍCIO APOIO PSICOLÓGICO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO PSI TODOS OS TRABALHADORES DO S ATRAVÉS DE ATENDIMENTO ON-LIN INTERMÉDIO DE PSICÓLOGOS CLÍ CAPACITADOS. FICARÃO DISPONÍV TRABALHADOR ATÉ 5 CONSULTAS 12 MESES A CONTAR DO PRIMEIRC
BENEFÍCIO APOIO NUTRICIONAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO APOIO NU TODOS OS TRABALHADORES DO S ATRAVÉS DE ATENDIMENTO ON-LIN PROFISSIONAIS LEGALMENTE CAP
BENEFÍCIO VALE EMERGENCIAL	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AO TRABA ANTECIPAÇÃO SALARIAL EMERGEI RÁPIDA E COM JUROS MENORES C PRATICADOS NO MERCADO. SUJEI CADASTRAL.
BENEFÍCIO CERTIFICAÇÃO DIGITAL (TRABALHADOR)	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO, EMPRESA HOMOLOGADA PARA CERTIFICAÇÃ VALORES ABAIXO DO MERCADO, C EM REDE CREDENCIADA, VIRTUAL
BENEFÍCIO ODONTOLÓGICO	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AO TRABA SEGMENTO, ATENDIMENTO ODONT REDE CREDENCIADA POR MEIO DE TERCEIRIZADA. OS SERVIÇOS NÃC POR ESTE CONVÊNIO TERÃO VALC MÉDIA DE MERCADO.
CONSULTA MÉDICA ONLINE	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO CONSULTA LINE COM CLÍNICO GERAL AOS TR, SEUS FAMILIARES E PESSOAS DE : RELACIONAMENTO, SEM NENHUM PROPORCIONANDO UM ATENDIME MODERNO E DESBUROCRATIZADO APLICATIVO QUE SEGUE TODAS AS REGULAMENTADAS PELO MINISTÉI TAMBÉM FICARÁ DISPONÍVEL UMA LABORATÓRIOS CONVENIADOS PA

		DE EXAMES COM CUSTO ABAIXO O MERCADO.
BENEFÍCIO ECONOMIA DE ENERGIA	SIM	SERÁ DISPONIBILIZADO AOS TRABALHADORES DO SEGMENTO A REDUÇÃO NAS DESPESAS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA CONTAS DE ATÉ R\$400,00, POR MEIO DE UMA EMPRESA CREDENCIADA NA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA SOLAR VERDE. SUJEITO À ANÁLISE

Parágrafo Décimo Terceiro - A critério da gestora, poderão ser disponibilizados outros produtos e serviços os quais não onerem o custo operacional das empresas e o bem-estar dos trabalhadores e seus beneficiários, desde que, não onerem o orçamento praticado.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DE CONTRATAÇÃO E NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - TRABALHADORES TEMPORÁRIOS

Ficam asseguradas aos trabalhadores temporários todas as garantias mínimas previstas na **Lei nº 6.019/1974**, que dispõe sobre o contrato de trabalho temporário nas empresas urbanas, e na **Lei nº 13.429/2017**, que alterou e complementou essa legislação, bem como a atuação das empresas de trabalho temporário e das prestadoras de serviços a terceiros.

As empresas contratantes e tomadoras de serviços deverão observar os direitos trabalhistas aplicáveis, incluindo:

- Registro formal do vínculo temporário
- Remuneração equivalente à dos empregados da mesma função
- Jornada de trabalho compatível com a legislação vigente
- Condições de segurança, higiene e salubridade no ambiente de trabalho
- Proibição de contratação para substituição de trabalhadores em greve, salvo nos casos previstos em lei

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - RESCISÃO CONTRATUAL POR JUSTA CAUSA

No caso de rescisão do contrato de trabalho por justa causa, o empregador indicará por escrito a falta cometida pelo empregado.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESCISÃO NO TRINTÍDIO

O empregado dispensado, sem justa causa, no período de 30 dias que antecede à data da sua correção salarial (data-base), terá direito a indenização adicional de 01 (um) salário mensal.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de encerramento total ou parcial do contrato de prestação de serviços por determinação da empresa contratante de prestação de serviço no período de 30 dias que antecede a data-base da correção salarial, o empregado terá direito a indenização adicional de 01 (um) salário mensal.

empresa ficará isenta do pagamento da multa, no caso do empregado ser readmitido imediatamente pela empresa junto à mesma tomadora de serviços, ficando prejudicado o disposto do artigo 9º, da Lei nº 7.238/84, por força da L

Parágrafo Segundo – Para validade do caput da cláusula, a empresa deverá requerer a elaboração de um acordo laboral e patronal convencionados neste instrumento, no prazo de 10 (dez) dias antes do término do contrato.

Parágrafo Terceiro – Quando a demissão cumprir os moldes do Artigo 484-A da CLT, não será devido à multa que 7.238/84, por não se tratar de demissão sem justa causa, mas por vontade de ambas as partes.

OUTRAS NORMAS REFERENTES A ADMISSÃO, DEMISSÃO E MODALIDADES DE COI

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O Contrato de Experiência será de, no máximo, 90 (noventa) dias, de acordo com a legislação vigente. O Contrato será permitido na readmissão de funcionários dentro do prazo de 6 (seis) meses contados da data de encerramen trabalho, desde que na mesma função exercida anteriormente ou no aproveitamento de funcionários contratados e temporária na mesma função.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PE ESTABILIDADES

OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRAB

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - FUNDO DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

As entidades sindicais convenientes estabelecem o Fundo de Qualificação Profissional a todos os empregados su Convenção Coletiva de Trabalho, e para tanto, as empresas recolherão até o dia 15 (quinze) de cada mês, a título QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL, com o valor mensal de **R\$ 25,00 (vinte e cinco reais)**, por empregado, destina qualificação profissional dos empregados efetivos e terceirizados(junto ao tomador de serviços), das categorias re sindicatos signatários, sendo que tais valores serão custeados integralmente pelas empresas e sendo vedada a cc empregados.

Parágrafo Primeiro: Os cursos serão voltados ao segmento e oferecidos na modalidade EAD e na forma Presenc do INSTITUTO MAIS BRASIL – IMB e/ou através de parcerias firmadas com entidades educacionais devidamente sindicatos patronal e laboral signatários, conforme acordado e aprovado pela Fenascn e a Fenaserhtt.

Parágrafo Segundo – A obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) emp de doença ou acidente de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses). Decorrido tal tempo, ao(a) empregado(a) será manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao seu sindicato de classe, desobrigada desde l qualquer responsabilidade.

Parágrafo Terceiro - Em todas as planilhas de custos e em participação nos processos de licitações, pregões, ton formas de contratação de serviços, as empresas deverão constar a provisão financeira para cumprimento deste be seja preservado o patrimônio jurídico dos trabalhadores em consonância com o artigo 7º, inciso XXVI, da Constitui

Parágrafo Quarto - Fica esclarecido que a presente cláusula se aplica aos empregados efetivos e sob contratos tomador de serviços), ficando pactuado entre as partes que esta cláusula não se aplica aos trabalhadores temporários 13.429/2017.

Parágrafo Quinto -As empresas deverão encaminhar até o dia 20 (vinte) de cada mês, ao Instituto Mais Brasil – Il apoio@institutomaisbrasil.org.br a listagem contendo o nome de todos os empregados beneficiados.

Parágrafo Sexto - Considerando os esforços das entidades sindicais laboral e patronal no sentido de promover a capacitação dos trabalhadores dos segmentos representados, e visando a melhoria de sua condição social e de emprego, convencionado que as horas dispendidas pelos trabalhadores em quaisquer cursos promovidos pelo Instituto Mais custeados pelo empregador, fora da jornada normal de trabalho, não serão consideradas como integrativas desta, diretamente ou por convênio.

Parágrafo Sétimo - no caso de a empresa optar por estender e disponibilizar o benefício aos seus prestadores de mesma poderá firmar termo coletivo junto ao sindicato laboral, sendo que fica acordado que a disponibilização dos não tem natureza salarial, não se integrando em hipótese alguma na remuneração para qualquer fim.

Parágrafo Oitavo – fica estipulada a multa de R\$ 60,00 (sessenta reais), por empregado e por mês, no caso do descumprimento previsto nesta cláusula.

Parágrafo Nono: Essa cláusula segue as práticas dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4: Qualidade).

OUTRAS ESTABILIDADES

CLÁUSULA VIGÉSIMA - ESTABILIDADE PARA O DIRIGENTE SINDICAL

Nos termos do art. 543 da CLT e seus parágrafos, as empresas comprometem-se a reconhecer e garantir a estabilidade sindical, eleito pela entidade sindical laboral conveniente.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FLEXIBILIZAÇÃO E PRORROGAÇÃO/REDUÇÃO DE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - PRORROGAÇÃO DA JORNADA

Fica vedada a prorrogação de horário de trabalho para os empregados estudantes que comprovem a sua situação

INTERVALOS PARA DESCANSO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALOS PARA DESCANSO

Havendo condições adequadas de segurança, higiene e conforto, os empregadores poderão autorizar seus empregados a permanecerem no recinto de trabalho durante o intervalo para repouso ou alimentação previsto no artigo 71 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Tal permanência, quando voluntária e não acompanhada da prestação de serviços, não será considerada como trabalho pelo empregador, não gerando, portanto, direito à remuneração adicional ou caracterização de jornada extraordinária.

A autorização deverá observar os seguintes requisitos:

- Garantia de ambiente seguro e salubre, conforme normas regulamentadoras (NRs) aplicáveis;
- Ausência de exigência ou indução à permanência por parte do empregador;
- Respeito integral ao tempo mínimo de intervalo previsto em lei (1 hora para jornadas superiores a 6 horas; 15 minutos para jornadas entre 4 e 6 horas);
- Registro formal da opção do empregado, quando aplicável, e controle adequado da jornada.

FALTAS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ABONO DE FALTAS

Serão abonadas as faltas do empregado para a prestação de exames, excetuando-se as provas regulares, desde que o empregado esteja em estabelecimento de ensino oficial, autorizado ou reconhecido, pré-avisando o empregador com, no mínimo, 72 (setenta e duas) horas de antecedência, sendo esta garantia extensiva aos exames vestibulares, inclusive o ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio, exceto se for realizar o exame como “treineiro”, quando o empregado poderá faltar, no máximo, 05 (cinco) dias úteis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS PARA LEVAR FILHO AO MÉDICO

Assegura-se o direito à ausência remunerada de 1 (um) dia por semestre ao empregado, para levar ao médico filho menor de 6 (seis) anos de idade, mediante comprovação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. (PN n.º 001/2019)

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - BANCO DE HORAS

As pessoas jurídicas representadas pelas entidades sindicais convenentes poderão instituir banco de horas por meio de acordo coletivo de trabalho, devidamente homologado pelo sindicato laboral signatário. Nesse caso, ficam dispensadas do pagamento das horas extras desde que o acréscimo de horas em um dia seja compensado pela correspondente redução em outro, observando-se as seguintes condições:

1. A compensação deve ocorrer dentro do período máximo de 1 (um) ano;
2. A soma das jornadas semanais não pode ser excedida nesse período;



3. O limite diário de trabalho não pode ultrapassar 10 (dez) horas;
4. As negociações devem respeitar os parâmetros estabelecidos no acordo coletivo.

a) A compensação das horas extras será feita na proporção de uma hora de trabalho por uma hora de descanso, desde que as horas extras sejam realizadas de segunda a sexta-feira e não ultrapassem o máximo de duas horas extras diárias e de dez horas extras mensais;

b) A compensação das horas extras será feita na proporção de uma hora de trabalho por uma hora e meia de descanso, desde que as horas extras sejam realizadas de segunda a sexta-feira e não ultrapassem o máximo de duas horas extras diárias e de trinta horas extras mensais;

c) A compensação das horas extras será feita na proporção de uma hora de trabalho por duas horas de descanso, desde que as horas extras sejam realizadas nos sábados, domingos e feriados, exceto para aqueles segmentos cuja atividade seja necessária nesses dias. Esses casos especiais deverão ser apresentados, por escrito à Fenascon, para apreciação e posterior elaboração de acordos específicos;

d) A ausência do empregado do trabalho, para atender os seus interesses pessoais, desde que previamente avisado ao empregador, poderá ser compensada através do banco de horas na razão de uma hora por uma hora.

Parágrafo Primeiro – Em caso de rescisão contratual, as horas positivas acumuladas no Banco de Horas deverão ser pagas, com os respectivos adicionais legais. As horas negativas não poderão ser descontadas do saldo rescisório.

Parágrafo Segundo – A empresa deverá manter controle atualizado e acessível do saldo de horas de cada empregado, através de sistema eletrônico ou outro meio confiável, garantindo transparência e segurança na gestão do Banco de Horas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - PRÉ-ASSINALAÇÃO DA INTRAJORNADA

Os empregadores poderão utilizar-se da pré-assinalação do horário de intervalo, em substituição à marcação do intervalo, mediante acordo coletivo de trabalho.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - AUTORIZAÇÃO PARA ASSINATURA ELETRÔNICA DE DOCUMENTOS

Por força do dispositivo normativo ora ajustado e à Luz da Lei 13.467/17, que trata da nova legislação trabalhista e do novo Código de Processo Civil, as empresas ficam autorizadas a obter a assinatura dos empregados, de forma remota, em todo e qualquer documento, nos seguintes termos:

Parágrafo Primeiro: A assinatura eletrônica, nos moldes da Medida Provisória nº 2200-2, de 24 de agosto de 2003, e da Lei 8.539, de 8 de outubro de 2015, deverá possuir meio de comprovação da autoria e integridade de documentos, se utilizando identificação por meio de nome de usuário e senha, desde que garantida a segurança jurídica da assinatura.

Parágrafo Segundo: A solução de assinatura eletrônica fornecida pelo empregador deverá garantir a segurança da assinatura eletrônica através métodos auditáveis de rastreamento e verificação da identidade do signatário, como por exemplo, de assinatura manuscrita combinado com a geolocalização, o endereço do computador na internet (endereço IP), e-mail, senha de dispositivos eletrônicos, dentre outros.

Parágrafo Terceiro: Os documentos nato-digitais (criado originariamente em meio eletrônico) e assinados eletronicamente são considerados originais para todos os efeitos legais e admitidos pelas partes (empregador e empregado) como válidos em oposição ao documento.

Parágrafo Quarto: O empregador deverá fornecer uma via do documento assinado pelas partes ou permitir que a download do documento.

Parágrafo Quinto: Não será permitida a delegação do uso da Assinatura Eletrônica a terceiros.

Parágrafo Sexto: O empregador poderá, a qualquer tempo, proceder ao bloqueio ou cancelamento preventivo da assinatura eletrônica, desde que constatado, através dos seus sistemas de segurança ou outros meios, o risco de fraude.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ATESTADOS MÉDICOS

As faltas por motivo de doença devem ser justificadas com atestado médico que indique o período de afastamento preferencialmente, com a indicação do CID (Classificação Internacional de Doenças), nos limites estabelecidos pelo **2381/2024** do Conselho Federal de Medicina. O atestado médico deverá ser entregue ao empregador, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados a partir da data inicial (inclusive) de afastamento do empregado, ou, até o dia em que o mesmo retornar ao trabalho. Entregues fora desses prazos, os mesmos não serão considerados para o fim de justificar a ausência ao trabalho.

Parágrafo Único: Fica facultado à empresa a perícia de atestados apresentados pelos colaboradores através da Triagem de Atestado, previsto no pacote de benefícios às empresas e disponibilizado pelo Benefício Social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DO FRACIONAMENTO DO PERÍODO DE FÉRIAS

Fica facultado ao empregado, mediante acordo individual escrito com o empregador, o fracionamento do período de férias em partes, conforme previsto no §1º do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com as seguintes condições:

Parágrafo Primeiro – Um dos períodos de fruição deverá ter, obrigatoriamente, no mínimo 14 (quatorze) dias corridos. Os demais períodos poderão ser inferiores a 5 (cinco) dias corridos cada.

Parágrafo Segundo – O início de qualquer dos períodos de férias não poderá ocorrer nos dois dias que antecedem o repouso semanal remunerado, conforme §3º do art. 134 da CLT.

Parágrafo Terceiro – O pagamento das férias será realizado proporcionalmente a cada período de gozo, incluindo o período constitucional de 1/3 (um terço), nos prazos legais estabelecidos pelo art. 145 da CLT.

Parágrafo Quarto – O fracionamento somente será válido mediante manifestação expressa do empregado, não podendo ser unilateralmente pelo empregador.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - TRABALHO EM ESCALA 12X36 HORAS.

Fica admitida a jornada de trabalho no regime 12X36 (doze horas de trabalho por trinta e seis horas de descanso), inciso XXVI, da Constituição Federal, aqueles que desempenhem as funções descritas nesta CCT, sem percepção assegurando-se o piso salarial, situação esta que se estenderá a toda e qualquer função. O implemento do referido fica legitimado pelo presente instrumento, cabendo ao empregado e empregador, ajustarem sua adoção através do trabalho específico com as entidades sindicais laborais convenientes;

Parágrafo Primeira - Sobre as horas excedentes a oitava hora diária trabalhada nesta jornada de trabalho no regime não ensejará adicional de hora extra, inclusive para aquelas semanas que ultrapassarem as 44 (quarenta e quatro horas).

Parágrafo Segunda - Ficam assegurados aos que laborarem na escala 12x36, os direitos ao vale-transporte e ao trabalho, previstos neste instrumento coletivo de trabalho.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFissionais

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - TRANSPORTE DE EMPREGADOS EM EMERGÊNCIA MÉDICA

A empresa compromete-se a providenciar, com a máxima urgência, o transporte adequado de empregados que, durante o trabalho ou em decorrência direta das atividades laborais, venham a sofrer acidente, mal súbito ou entrem em contato com unidade de saúde pública ou privada que ofereça atendimento compatível com a situação apresentada.

Parágrafo Primeiro – O transporte será realizado por meio de veículo próprio da empresa, ambulância, serviço público ou outro meio disponível que garanta a segurança e o pronto atendimento ao empregado.

Parágrafo Segundo – A empresa deverá assegurar que os responsáveis pela gestão de pessoal e segurança do trabalho sejam orientados quanto aos procedimentos a serem adotados em tais situações, visando à agilidade e à preservação do trabalhador.

Parágrafo Terceiro – Esta cláusula não exclui o direito do empregado de buscar atendimento por meios próprios, sem prejuízo de eventuais responsabilidades da empresa decorrentes da omissão no cumprimento da presente obrigação.

Parágrafo Quarto – A empresa deverá manter, em local de fácil acesso e devidamente sinalizado, kits de primeiros socorros com os riscos inerentes às atividades desenvolvidas, bem como garantir que haja, em cada turno de trabalho, ao menos um empregado treinado em noções básicas de atendimento emergencial. Tal medida visa proporcionar assistência imediata até a chegada do serviço especializado, contribuindo para a mitigação de danos e a preservação da vida e da saúde do trabalhador.

RELAÇÕES SINDICAIS

ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ATIVIDADES SINDICAIS

As empresas, conforme seus critérios permitirão afixação de cartazes e editais, em locais determinados por elas, e boletins informativos à categoria.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL LABORAL

À Luz da Lei 13.467/17, que trata da nova legislação trabalhista e do negociado sobre o legislado, e em consonância com a razoabilidade recomendada pelo STF, fica instituída nos termos aprovados em Assembleia Geral Extraordinária de **Assistencial** no valor de R\$ 90,00 (noventa reais), a ser paga pelos empregados efetivos e terceirizados (que prestam tomador de serviços, excetuando-se os trabalhadores temporários), à FENASCON, devendo os empregadores fazer desconto nos salários **em 02 (duas) parcelas de R\$ 45,00 (quarenta e cinco reais), sendo a primeira no mês de março e o repasse no dia 10/01/2026; e a segunda parcela no mês de abril/2026 e o repasse no dia 10/05/2026.**

Parágrafo primeiro: O atraso no recolhimento, incorrerá em multa de:

- a) até 15 (quinze) dias de atraso 1% (um por cento);
- b) acima de 30 (trinta) dias de atraso 2% (dois por cento);
- c) juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, aplicado sobre o valor corrigido e demais penalidades previstas e

Parágrafo segundo: As guias poderão ser solicitadas através do e-mail: administrativo@fenascon.com.br ou pelo 92159-2308

Parágrafo terceiro: Por ocasião do desconto e o recolhimento da Taxa Assistencial, as empresas remeterão por escrito a relação dos empregados pagantes a FENASCON, através do e-mail: administrativo@fenascon.com.br

Parágrafo quarto: As partes adotam o aprovado em assembleia da categoria, tendo como base a Orientação nº 2 da Coordenadoria Nacional de Promoção da Liberdade Sindical e do Diálogo Social - CONALIS, órgão do Ministério do Trabalho que deliberou que a contribuição assistencial/negocial prevista em convenção coletiva de trabalho é aplicada para a categoria. A CONALIS entende que o instrumento coletivo de trabalho deve ser respeitado por todos aqueles que participam da categoria, a qual esteja prevista a contribuição.

Parágrafo quinto: As partes adotam ainda a Orientação nº 13 da Conalis/MPT, a qual considera prática antissindical a do empregador ou de terceiro de coagir, estimular, auxiliar e/ou induzir o trabalhador a se opor ou resistir ao desconto legal, normativas ou negociadas, ou de qualquer outra espécie, passível de atuação e autuação por parte do Ministério do Trabalho.

Parágrafo sexto: Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias a contar do registro deste instrumento coletivo no SRTE/BA, para àqueles empregados que queiram exercer o direito de se opor à esta contribuição a ser formalizada pelo sindicato, cujo modelo de “carta de oposição” poderá ser solicitado à esta entidade sindical por meio telefônico/WhatsApp ou pelo e-mail: administrativo@fenascon.com.br

Parágrafo sétimo: Fica facultado à Fenascon, a cessão ou não dos convênios e benefícios negociados e/ou dispostos pela entidade aos empregados (as) que eventualmente não pagarem a taxa assistencial.

Parágrafo oitavo: Fica esclarecido, para os efeitos de direito, que a presente Convenção Coletiva de Trabalho não é de natureza Confederativa (CF, artigo 8º, IV), razão pela qual as partes reconhecem a inaplicabilidade da Súmula nº 666, editada pelo Tribunal Federal, porquanto aqui se cuida apenas da Contribuição Assistencial/Negocial prevista em Lei ordinária, autorizada pelo artigo 513, alínea “e”, da CLT, e decisão do STF.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Com fundamento no art. 513, alínea “e”, da CLT e por deliberação da Assembleia Geral Extraordinária Patronal, reque a aprovação e o deferimento à diretoria para negociar a Convenção Coletiva de Trabalho, fica instituída a Contribuição Assistencial Patronal no valor fixo de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por empresa, a ser paga pelos empregadores em favor da FENASERHTT, com vencimento anual/cota única até **10.12.2025**. Os boletos bancários devem ser solicitados a FENASERHTT pelo e-mail: financeiro@fenaserhtt.com.br.

Parágrafo Primeiro: As empresas deverão encaminhar a FENASERHTT a comprovação das guias devidamente preenchidas.

Parágrafo Segundo: O atraso no recolhimento implicará (por força de lei) em juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, mais multa, aplicados sobre o valor atualizado do débito, de acordo com a seguinte tabela:

- a) até 15 dias de atraso – 2 % (dois por cento);
- b) 16 a 30 dias de atraso – 4 % (quatro por cento);
- c) 31 a 60 dias de atraso – 10% (dez por cento);
- d) 61 a 90 dias de atraso – 15% (quinze por cento);
- e) acima de 90 dias de atraso – 20% (vinte por cento).
- f) juros de 1% (um por cento) ao mês ou fração, aplicado sobre o valor corrigido e demais penalidades previstas em lei.

DISPOSIÇÕES GERAIS REGRAS PARA A NEGOCIAÇÃO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACORDO COLETIVO

Fica permitida a celebração de acordo coletivo de trabalho entre a entidade sindical de trabalhadores e as empresas, com a alteração ou prorrogação de jornada de trabalho, observadas as disposições constitucionais, desde que seja encaminhado para homologação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

As empresas com sede em outros Estados e que vier a prestar serviços nos estados abrangidos por esta convenção de possuírem filiais nessas localidades, ficam obrigadas a atender às condições pactuadas nesta Convenção Coletiva firmada entre a FENASCON e a FENASERHTT, que declaram representar as categorias inorganizadas em entidades (sindicatos), sendo aplicada para todos os empregados em Empresas Prestadoras de Serviços a Terceiros, Agência de Recursos Humanos; Prestação de Serviços de Assessoria de Marketing e Merchandising; Consultorias de Recursos Humanos; Prestação de Serviços de Colocação e Administração de Mão de Obra; Empresas de Locação e Fornecimento de Pessoal; Serviços de Recrutamento e de Trabalho Temporário nos termos da Lei 13.429/2017), e que atuam nos seguintes estados: ACRE, CEARÁ, PARAÍBA, PIAUÍ, RORAIMA e SERGIPE.

Parágrafo Único: Excetuam-se da aplicação desta convenção coletiva de trabalho as empresas de asseio e conservação, limpeza pública e urbana, vigilância e segurança patrimonial, transporte de valões e escolta armada, empresas de transporte aéreo.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DIVULGAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO

As partes convenientes firmam o compromisso de divulgar os termos do presente instrumento coletivo aos seus representantes em suas redes sociais.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DISPOSIÇÕES

Na hipótese de existir, em qualquer dos estados abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho, sindicato espóreo, sua legitimidade por meio de carta sindical ou certidão de registro regularmente emitida pelo órgão competente, se preferencialmente a convenção coletiva firmada por tal entidade. Na ausência dessa comprovação, serão plenamente válidas, em forma obrigatória e abrangente, todas as disposições previstas neste instrumento coletivo de trabalho.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - IGUALDADE DE GÊNERO

Em consonância com a Lei nº 14.611, de 03/07/2023, que trata da Igualdade Salarial de gênero, e em acordo aos princípios e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 5), fica acordado entre as partes que as empresas se comprometem a promover a igualdade de condições e oportunidades entre todo e qualquer tipo de gênero, para acesso ao trabalho, sem discriminação por espécie.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CAIXA



O Caixa prestará contas, pessoalmente, dos valores em dinheiro, cheques e outros títulos de créditos, mediante fotocópias autênticas. O empregador ou superior hierárquico conferirá, no ato, os valores em cheques, dinheiro e outros títulos de não poder imputar ao Caixa eventual diferença.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - PRAZO PARA HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO

Nos moldes da Lei nº 13.467/2017, a liquidação das verbas trabalhistas resultante da rescisão do contrato de trabalho, mediante apresentação de documentos que comprovem a comunicação da extinção contratual aos órgãos competentes, deve ocorrer até 10 (dez) dias contados a partir do término do contrato de trabalho.

Parágrafo Primeiro – As empregadoras farão a homologação da rescisão contratual preferencialmente junto a sede da Fenascos, inclusive de forma virtual/online nas localidades em que não houver subsele.

Parágrafo Segundo – O saldo de salário do período de aviso prévio trabalhado, quando for o caso, deverá ser pago em conjunto com o pagamento geral dos demais empregados, se a homologação da rescisão não se verificar antes dessa data.

Parágrafo Terceiro - Se no ato homologatório verificar-se a existência de pequenas incorreções, ficará a empresa obrigada ao pagamento das multas previstas nesta Convenção e no § 8º do art. 477 da CLT, facultando-lhe o pagamento das mesmas em até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, não o fazendo, tornar válida a homologação apenas com os valores pagos ao empregado.

Parágrafo Quarto – Deverá a empresa custear e apresentar toda documentação necessária solicitada pela Entidade Sindical para a homologação. **Parágrafo Quinto** - O pagamento a que fizer jus o empregado será efetuado observados os prazos previstos na CLT, em dinheiro, depósito bancário/pix ou cheque visado, conforme acordem as partes, salvo se o empregado preferir que o pagamento seja em dinheiro ou depósito bancário/pix.

Parágrafo Sexto – Estando a empresa regular junto à Entidade Sindical Laboral poderá solicitar a esta, declaração de comparecimento do empregado ao ato homologatório, desde que comprovada a convocação formal e por escrito da empresa.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - DA LICENÇA NÃO REMUNERADA PARA PARTICIPAÇÃO EM ATIVIDADES SINDICAIS

As empresas que possuírem mais de 20 (vinte) empregados por estabelecimento concederão licença **não remunerada** aos empregados sindicais eleitos e no efetivo exercício de seus mandatos, para que possam participar de reuniões, conferências, cursos e demais eventos relacionados à atividade sindical.

Parágrafo Primeiro – A licença deverá ser solicitada pela entidade sindical à empresa com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, mediante comunicação formal que identifique o dirigente, o evento e o período de afastamento.

Parágrafo Segundo – O afastamento será concedido por prazo não superior a 5 (cinco) dias consecutivos ou até 15 (quinze) dias alternados no período de 1 (um) ano, contados a partir da primeira licença concedida.

Parágrafo Terceiro – A concessão da licença não acarretará prejuízo à contagem de tempo de serviço para fins de aposentadoria ou demais direitos trabalhistas assegurados por lei ou por este instrumento coletivo.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO NEGATIVA PARA FINS DE LICITAÇÃO

As entidades sindicais (patronal e laboral) estão obrigadas a fornecer às empresas, desde que solicitado com até 72 horas de antecedência, a certidão negativa de débitos junto às mesmas, sendo que as requerentes deverão compor dos seus recolhimentos sindicais até a data do pedido.

Parágrafo Primeiro: Por força desta convenção e em atendimento ao art. 607 da CLT, ficam obrigadas todas as empresas de serviços a terceiros, colocação e administração de mão-de-obra, promoções e eventos e de trabalho temporário nos estados: ACRE, CEARÁ, PARAÍBA, PIAUÍ, RORAIMA e SERGIPE, a apresentarem em todos os processos licitatórios com os documentos de habilitação a Certidão de Regularidade Sindical, a ser expedida pelos Sindicatos Conveniados assinada por seu representante legal, em até 72 (setenta e duas) horas, após a devida solicitação, com validade de 12 meses.

Parágrafo Segundo: Consideram-se obrigações sindicais: Recolhimento de todas as taxas e contribuições aprovadas na negociação coletiva e firmadas em convenção coletiva de trabalho, inclusive os benefícios sociais protetivos aos empregados e Benefício Social Familiar, bem como o cumprimento integral desta convenção e o cumprimento das normas que regem as relações individuais e coletivas de trabalho previstas na CLT, assim como na legislação complementar concernente à matéria previdenciária.

Parágrafo Terceiro: Somente será permitido o uso desta convenção coletiva para fins licitatórios e/ou tomada de decisão por empresas devidamente cadastradas junto às entidades sindicais laborais e patronal signatárias deste instrumento sob pena de desclassificação no certame.

Parágrafo Quarto: Para sua segurança jurídica, os tomadores de serviços poderão solicitar aos sindicatos laboral e patronal Anuência quanto a situação cadastral da empresa prestadora de serviços.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LGPD

Em face da Lei nº 13.709/18 e atos normativos dela decorrentes, as entidades convenientes fixam, conforme disposto no artigo 7º, inciso I, artigo 11, inciso I, c/c artigo 9º, § 3º da referida Lei, que os dados pessoais dos empregados, tais como endereço residencial e todos os dados necessários para atender às normas e regras de segurança exigidas pelos órgãos operadores/administradores de benefícios, sindicato laboral e outros estritamente ligados à atividade, poderão ser coletados quando necessário e quando autorizados em assembleia geral da categoria, assim entendida largo senso, ou quando a relação mantida por sua empregadora e seus clientes e fornecedores, tendo em conta a atividade por ela exercida, exigir de segurança da informação. Do mesmo modo, tocará aos seus empregados estrita observação de tal conduta, no cumprimento de seus deveres funcionais, quando do acesso a dados de terceiros, direta ou indiretamente ligados à empregadora, bem como junto aos clientes tomadores de seus serviços, sob pena de responsabilidade pessoal.

Parágrafo único: Para sua segurança jurídica, a empresa poderá incluir esse item no contrato de trabalho firmado com o empregado.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - PENALIDADES

Pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas acordadas, ficam os infratores obrigados ao pagamento de multa (cento) do menor piso salarial da categoria, que reverterá em favor do prejudicado, seja o empregado, sejam as entidades conveniadas. Tal penalidade caberá por infração, por mês e por empregado prejudicado com eventual infringência prevista poderá ser reclamada diretamente pela entidade sindical, independentemente de outorga de mandato do favor deste. Se a infração for por dolo e o empregado tiver sido indenizado, a multa fica reduzida em 50% (cinquer

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - APLICAÇÃO DA SÚMULA 374 DO TST

Em função da tipicidade do segmento de prestação de serviços terceirizados, as entidades convenientes resolvem do TST (Tribunal Superior do Trabalho), acordando que o empregado integrante da categoria profissional diferenciará a favor de seu empregador, vantagens previstas em instrumento coletivo na qual a empresa não foi representada por sua categoria.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - FORO COMPETENTE

As partes elegem o foro da Justiça do Trabalho do município/estado do local da prestação do serviço para dirimir as controvérsias relativas à aplicação da presente convenção coletiva de trabalho.

O presente ajuste é considerado firme e valioso para abranger, por seus dispositivos, todos os contratos individuais celebrados entre as empresas representadas pela entidade sindical patronal das categorias econômicas convenientes e os trabalhadores pertencentes às categorias profissionais da respectiva entidade sindical laboral.

}

PAULO CESAR ROSSI

PRESIDENTE

**FED NAC TRAB EM PREST DE SERV AUX DE TRANSPORT AEREO, PREST DE SERV DE COLOC E ADM DE MAO DE OBRA
LIMP URB E AREAS VERDES**

VANDER MORALES

PRESIDENTE

FEDERACAO NACIONAL DOS SINDICATOS DE EMPRESAS DE RECURSOS HUMANOS, TRABALHO TEMPORARIO E TERCIARIAS

ANEXOS ANEXO I - DECLARAÇÃO

[Anexo \(PDF\)](#)



ANEXO II - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet
<http://www.mte.gov.br>.



